MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 16 / 2026 - PROPPG (11.01.03)

Nº do Protocolo: 23091.014651/2026-64

Mossoró-RN, 19 de outubro de 2026.

A PRÓ-REITORA ADJUNTA NA PRESIDÊNCIA DO COMITÊ DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA (CPPGIT) DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA), no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a deliberação deste órgão de assessoramento em sua 4ª reunião extraordinária de 2026, realizada no dia 16 de outubro de 2026, resolve:

Art. 1º Aprovar e encaminhar para apreciação e deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - Consepe: a atualização dos seguintes Programas Gerais de Componente Curricular - PGCCs das disciplinas: (1) Educação jurídica, conflituosidade e profissionalização; (2) Transformações contemporâneas da ordem social na perspectiva dos direitos fundamentais; (3) Seminário de dissertação; (4) Direito ambiental, conflitos socioambientais e judicialização; (5) Neoliberalismo e razão jurídica; (6) Métodos de pesquisa no direito; (7) Fundamentos da liberdade de iniciativa; (8) Elementos de teoria da constituição; (9) Dimensões histórico-sociológicas do constitucionalismo; e a criação dos seguintes Programas Gerais de Componente Curricular – PGCCs das disciplinas: (1) Tópicos Especiais 3 e (2) Tópicos Especiais 4, do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data e seus efeitos retroagem a 16 de outubro de 2026.

(Assinado digitalmente em 19/10/2026 12:29)
ALEXSANDRA FERNANDES PEREIRA
PRO-REITOR(A) ADJUNTO(A)
PROPPG (11.01.03)
Matrícula: 2028000

Visualize o documento original em **https://sipac.ufersa.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **16**, ano: **2026**, tipo: **RESOLUÇÃO**, data de emissão: **19/10/2026** e o código de verificação: **738ba66e81**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

OFÍCIO Nº 16 / 2026 - PPGD (11.01.03.09)

Nº do Protocolo: 23091.012621/2026-69

Mossoró-RN, 16 de Setembro de 2026

Prezadas Pró-reitoras e demais da equipe PROPPG, meus cumprimentos.

Depois de reunião virtual no dia 16 de junho de 2026 com as coordenadoras de área (Direito), nós do colegiado do PPGD, entendemos ser oportuna a atualização de alguns aspectos do nosso mestrado antes da elaboração do projeto de doutorado (APCN 2026).

Realizamos processo de consulta docente sobre a atualização dos textos de apresentação da nossa área e linhas de pesquisa, além da atualização (de algumas) e exclusão (de outras) disciplinas, fato especialmente importante diante da reformulação da equipe do ppgd com o credenciamento amplo de 2025.

Escrevo este ofício para solicitar, respeitosamente, encaminhamentos junto ao CPPGIT e, posteriormente, ao CONSEPE para o debate e deliberação sobre as modificações (1) no regimento do PPGD/UFERSA e (2) nos programas das disciplinas indicadas.

As atualizações em síntese:

<![a. atualização do programa geral das seguintes disciplinas (programas individualizados disponível em https://drive.google.com/drive/u/1/folders/1OoPGjKfIFXRZwBHcXipOeAteG7yK4c5p): (1) educação jurídica, conflituosidade e profissionalização; (2) transformações contemporâneas da ordem social na perspectiva dos direitos fundamentais; (3) seminário de dissertação; (4) direito ambiental, conflitos socioambientais e judicialização; (5) neoliberalismo e razão jurídica; (6) métodos de pesquisa no direito; (7) fundamentos da liberdade de iniciativa; (8) elementos de teoria da constituição; (9) dimensões histórico-sociológicas do constitucionalismo;

<! b. Criação das seguintes disciplinas: "Tópicos Especiais" 3 e 4; disponível em https://drive.google.com/drive/u/1/folders/1OoPGjKfIFXRZwBHcXipOeAteG7yK4c5p

Av. Francisco Mota, 572, Bairro Costa e Silva. Mossoró/RN | Caixa Postal 137 | CEP: 59625-900
Fone: (84) 3317-8224 | Fax: (84) 3317-8228 | E-mail: gabinete@ufersa.edu.br | www.ufersa.edu.br

<![c. **Exclusão das seguintes disciplinas da estrutura curricular do ppgd**: (1) Direito, Regulação Econômica e desenvolvimento; (2) Teorias críticas do direito, Estado e movimentos sociais; (3) Dogmática de direitos fundamentais na experiência brasileira e (4) Formação social latino-americana e o novo constitucionalismo;

<![d. **Realizada consulta docente,** todas as mudanças combinadas geraram a necessidade de atualização do regimento interno do ppgd. Além dos novos textos da área e linhas de pesquisa e da atualização das disciplinas, a modificação mais destacada no regimento se deu para tornar possível a inclusão e o crédito de outras "atividades acadêmicas" no percurso formativo dos discentes do ppgd. Isso pode ser visto nos art. 52 e 52-A da proposta enviada.

Acreditamos ser também importante dizer que entendemos que as modificações no regimento do nosso programa respeitam o que é estipulado atualmente no regulamento geral dos programas de pós-graduação stricto sensu da UFERSA.

No que diz respeito a criação de sistema de crédito das atividades acadêmicas especificamente, mencionamos o art. 51 § 1º que diz que "A critério do programa poderão ser criadas outras atividades acadêmicas.".

O Regimento atualmente em vigor no ppgd pode ser visto aqui: https://ppgd.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/168/2024/01/Regimento-Interno-PPGD-Ufersa-versao-2023.pdf

A proposta de regimento atualizado pode ser vista aqui: https://docs.google.com/document/d/124_sOPtCDsCGPtSsOr1LhObCH5FUfKeP/edit

As passagens modificadas na proposta foram destacadas em amarelo.

Estou à disposição para maiores explicações e para o trabalho em eventuais ajustes.

Respeitosamente,

(Assinado digitalmente em 16/09/2026 14:34)
MARIO SERGIO FALCAO MAIA
COORDENADOR DE CURSO
Matrícula: 1996830

Para verificar a autenticidade deste documento entre em https://sipac.ufersa.edu.br/documentos/ informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **81320934e1**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS - CCSAH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD (MESTRADO ACADÊMICO)

IDENTIFICAÇÃO
PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA
DISCIPLINA
Dimensões histórico-sociológicas do constitucionalismo
PROFESSOR(A)
Francisco Tarcísio Rocha Gomes Júnior

Nº DE CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA TOTAL
04	**60**

EMENTA
Constituição, constitucionalismo e democracia. As relações entre o constitucionalismo contemporâneo e as transformações no regime moderno de historicidade. Constituição, Direito e Política. Os desafios posto à forma constitucional na contemporaneidade. As narrativas e os percursos construídos a partir da história constitucional contemporânea.

OBJETIVOS
A disciplina busca estudar o direito constitucional enquanto um fenômeno histórico-social, não linear, contingente, contextual e complexo, enfatizando a dinâmica existente entre as mudanças sociais, econômicas e políticas e as formulações do fenômeno constitucional ao longo da história do mundo ocidental, em especial a partir da experiência jurídica brasileira. Nesse sentido, adota-se a opinião do professor Antônio Manuel Hespanha de que a História Constitucional possui uma dimensão formativa para o(a) jurista, na medida em que exerce uma função crítica da dogmática.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	CARGA HORÁRIA
1. Constituição, constitucionalismo e democracia. As relações entre o constitucionalismo contemporâneo e as transformações no regime moderno de historicidade. Constituição, Direito e Política.	30h
2. Os desafios posto à forma constitucional na contemporaneidade. As narrativas e os percursos construídos a partir da história constitucional contemporânea.	30h
TOTAL	60h

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES
Ao final da disciplina, espera-se que os(as) alunos(as) sejam capazes de: compreender o constitucionalismo como fenômeno histórico e contextual; analisar criticamente conceitos, instituições e narrativas jurídicas à luz de seus contextos de formação; identificar continuidades, rupturas e disputas na história do constitucionalismo; problematizar os limites do constitucionalismo moderno quanto à igualdade, considerando raça, gênero e classe; analisar fontes primárias da experiência constitucional brasileira; e reconstruir e avaliar argumentos presentes em textos acadêmicos de História do Direito.

METODOLOGIA

As aulas serão expositivas e dialogadas**,** articulando leitura prévia da bibliografia, seminários, análise de fontes primárias, debates e atividades colaborativas. A dinâmica combinará seminários discentes, comentários e problematizações dos(as) alunos(as), exposição do professor e debate coletivo**,** com uso de recursos digitais, ferramentas de inteligência artificial e metodologias ativas, especialmente aprendizagem baseada em problemas, análise de casos e trabalho colaborativo**.**

BIBLIOGRAFIA

DANTAS, Mônica Duarte; BARBOSA, Samuel (org.). **Constituição de poderes, constituição de sujeitos**: caminhos da história do Direito no Brasil (1750-1930). São Paulo: USP, 2021.

DUVE, Thomas; HERZOG, Tamar**. História do Direito latino-americano em perspectiva global**. São Paulo: Tirant Brasil, 2025.

GARGARELLA, Roberto. **La sala de máquinas de la Constitución**: dos siglos de constitucionalismo em América Latina (1810-2010). Buenos Aires: Katz Editores, 2015.

GLEZER, Rubens; LYNCH, Christian Edward Cyril; VIEIRA, Oscar Vilhena (Coords). **Teoria Constitucional Brasileira**: 200 anos de disputa. Avaé, São Paulo: Editora Contracorrente, 2024.

GRIMM, Dieter; MOHNHAUPT, Heinz. **Constituição**. História do conceito da Antiguidade até os nossos dias. Belo Horizonte: Livraria Tempus, 2012.

HESPANHA, António Manuel. Histórias do direito. Anti-formalismo, anti-estadualismo e anti-nacionalismo na história jurídica contemporânea. **e-Legal History Review**, vol. 29, 2019. p. 1-13. Disponível em: https://www.iustel.com/v2/revistas/detalle_revista.asp?id_noticia=421098&d=1 Acesso em: 31/08/2026.

LASSALLE, Ferdinand. **Que é uma Constituição**. São Paulo: Edições e Publicações Brasil, 1933.

LYNCH, Christian Edward Cyril; MENDONÇA, Jose Vicente Santos de (2017). **Por uma história constitucional brasileira**: uma crítica pontual à doutrina da efetividade. Rev. Direito e Práxis Rio de Janeiro, Vol. 08, n. 2, p.974-1007.

LYNCH. **Ideologias do Pensamento Político Brasileiro*.** Dados-revista de ciencias sociais JCR , v. 69, p. 1-44, 2026.

KORNER, Andrei . Sobre a história constitucional. **Estudos Historicos** (Rio de Janeiro) , v. 29, p. 525-540, 2016.

RIBEIRO, Deivide Júlio**. Constitucionalismo negro**: entre os imperativos sistêmicos do capitalismo, o silêncio na Constituinte Republicana de 1890/1891 e as expectativas normativas da população negra em torno da cidadania. Tese de doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2023.

RUBIO-MARIN, Ruth. **Global gender constitutionalism and women´s citizenship**. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

APROVAÇÃO

COLEGIADO DO MESTRADO EM DIREITO

11/09/2026

DATA

_____

COORDENADOR DO CURSO

_____ ___/_____/2026

Nº DA REUNIÃO DATA

____/_____ / 2026 DATA	_____ PRÓ-REITOR (A)
CONSEPE	
_____ ___/_____ /2026 Nº DA REUNIÃO DATA	_____ ASS. DA SECRETÁRIA DO CONSEPE.

MOSSOR-RN, ____de _____de 2026.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS - CCSAH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD (MESTRADO ACADÊMICO)

IDENTIFICAÇÃO
PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA
DISCIPLINA
FUNDAMENTOS DA LIBERDADE DE INICIATIVA
PROFESSOR(A)
MARCELO LAUAR LEITE

Nº DE CRÉDITOS	**CARGA HORÁRIA TOTAL**
04	**60**

EMENTA
Morfologia da liberdade de iniciativa.: história, dogmática e natureza jurídica. Facetas da liberdade de iniciativa. As subliberdades de trabalho, empresa, associação e contrato. Restrições: poder, forma e conteúdo. O futuro da liberdade de iniciativa.

OBJETIVOS
Contextualizar a liberdade de iniciativa econômica do ponto de vista da história constitucional; delimitar a sua natureza jurídica e conteúdo dogmático; estabelecer parâmetros e alcances para normas de contenção; debater o futuro da liberdade de iniciativa a partir de suas facetas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	CARGA HORÁRIA
1. Morfologia da liberdade de iniciativa econômica	20
2. Restrições à liberdade de iniciativa econômica	20
3. O futuro da liberdade de iniciativa econômica	20
TOTAL	60

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES
Competências e habilidades prévias requeridas: leitura, interpretação e redação de texto, fundamentos da hermenêutica jurídica, teoria geral dos contratos, da empresa e do direito societário. Competências e habilidades a serem desenvolvidas e avaliadas ao final da disciplina: capacidade de apreensão crítica de textos jurídicos; formulação de problemas, hipóteses e soluções derivadas da liberdade de iniciativa econômica; desenvolvimento de escrita científica acadêmica.

METODOLOGIA
1) Apresentações gerais de conteúdo; 2) Discussões de casos e textos; 3) Seminários.

BIBLIOGRAFIAS

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. *Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. Tradução de Rogério Galindo e Rosiane Correia de Freitas. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.
CANARIS, Claus-Wilhelm. Direitos Fundamentais e Direito Privado. Coimbra: Almedina, 2006.
CLARKSON, Kenneth W.; MILLER, Roger LeRoy. Business Law: Text and Cases. 16th ed. Boston: Cengage Learning, 2024.
DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. 9. ed. São Paulo: RT, 2022.
HAYEK, F. A. A Constituição da Liberdade. Lisboa: Edições 70, 2017.
HUERTA DE SOTO, Jesús. Socialismo, cálculo econômico e função empresarial. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013.
LEITE, Marcelo Lauar. Intervenção judicial em conflitos societários. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023.
MARTINS, Leonardo. Liberdade e Estado Constitucional. São Paulo: Atlas, 2012.
NITSCHKE, Guilherme Carneiro Monteiro (org.). Direito privado na Lei da Liberdade Econômica: comentários. São Paulo: Almedina Brasil, 2022.
SALOMÃO, Luís Felipe. Lei De Liberdade Econômica e seus impactos no Direito Brasileiro. São Paulo: RT, 2020.
TIMM, Luciano Benetti. Direito contratual brasileiro. São Paulo: Atlas, 2015.

APROVAÇÃO	
COLEGIADO DO MESTRADO EM DIREITO	
11/09/2026 DATA	_____ ASS. DO COORDENADOR DO CURSO
____/_____ / 2026 DATA	_____ ASS. DO (A) PRÓ-REITOR (A)
	CONSEPE
_____ ___/_____ /2026. Nº DA REUNIÃO DATA	_____ ASS. DA SECRETÁRIA DO CONSEPE.

MOSSORÓ-RN, ____ de _____ de 2026.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS - CCSAH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD (MESTRADO ACADÊMICO)

IDENTIFICAÇÃO
PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA
DISCIPLINA
Métodos de Pesquisa no Direito
PROFESSOR(A)
Prof. Dr. Ulisses Levy Silvério dos Reis

Nº DE CRÉDITOS	**CARGA HORÁRIA TOTAL**
04	**60**

EMENTA

A disciplina trata da inserção do discente na pós-graduação em Direito, abrangendo os instrumentos institucionais de acompanhamento e avaliação dos programas (CAPES) e os mecanismos de identidade e visibilidade acadêmica (Lattes, ORCID, Academia.edu, ResearchGate). Aborda as principais ferramentas de busca de referências bibliográficas e jurisprudenciais (Portal de Periódicos CAPES, Banco de Teses e Dissertações, Scielo, Scopus, Web of Science, HeinOnline) e sua organização por meio de gerenciadores de referência, com introdução às normas ABNT aplicadas à redação acadêmica. Apresenta os tipos epistemológicos e metodológicos da pesquisa jurídica como quadro classificatório geral, articulando o pensamento jurídico entre empirismo, positivismo e humanismo. Desenvolve as modalidades de pesquisa em Direito: a pesquisa dogmática, a ética em pesquisa envolvendo seres humanos (âmbito institucional dos comitês de ética e âmbito conceitual), a pesquisa empírica qualitativa, a pesquisa empírica quantitativa aplicada ao campo jurídico (incluindo desenho de pesquisa, tipos de dados jurídicos e estratégias de identificação causal) e a pesquisa com fontes históricas. Encerra com seminários de apresentação e discussão dos projetos de pesquisa em desenvolvimento pelos discentes.

OBJETIVOS

Geral:

- Capacitar os discentes a formular, desenhar e conduzir projetos de pesquisa academicamente rigorosos, articulando os instrumentos institucionais de inserção acadêmica, os fundamentos epistemológicos da pesquisa jurídica e as principais modalidades metodológicas do campo (dogmática, ética, qualitativa, quantitativa, histórica e comparada), com observância das normas ABNT vigentes.

Específicos:

- Operar os instrumentos institucionais de avaliação da pós-graduação em Direito (CAPES, Plataforma Sucupira), os mecanismos de identidade acadêmica (Lattes, ORCID, Academia.edu, ResearchGate) e as ferramentas de busca e organização de referências (Portal de Periódicos CAPES, BDTD, Scielo, Scopus, Web of Science, HeinOnline, Zotero), em conformidade com as normas ABNT.
- Distinguir os tipos epistemológicos e metodológicos da pesquisa jurídica como quadro classificatório geral, situando-os no debate entre empirismo, positivismo e humanismo jurídico.
- Caracterizar a pesquisa dogmática em Direito e reconhecer as exigências éticas aplicáveis à pesquisa envolvendo seres humanos, nos âmbitos institucional e conceitual, à luz da legislação vigente.
- Aplicar técnicas de pesquisa empírica qualitativa (estudo de caso, entrevista, análise documental) e quantitativa (desenho de pesquisa, operacionalização de variáveis, dados jurimétricos, estratégias de identificação causal) ao objeto jurídico, com domínio de seus critérios de validade e limitações.

- Elaborar, apresentar em seminário e submeter à avaliação final projeto de pesquisa inédito, articulando problema, hipótese, objetivos, metodologia e referencial teórico em conformidade com as normas ABNT.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	CARGA HORÁRIA
1. Inserção acadêmica e infraestrutura de pesquisa. Funcionamento e avaliação dos programas de pós-graduação em Direito (CAPES, Qualis, Plataforma Sucupira). Identidade e visibilidade acadêmica (Lattes, ORCID, Academia.edu, ResearchGate). Ferramentas de busca de referências bibliográficas e jurisprudenciais (Portal de Periódicos CAPES, BDTD, Scielo, Scopus, Web of Science, HeinOnline). Gerenciamento de referências (Zotero) e normas ABNT aplicadas à redação acadêmica.	20h
2. Tipos epistemológicos e metodológicos da pesquisa jurídica. O projeto de pesquisa entre teoria e prática. Modalidades de pesquisa em Direito: pesquisa dogmática, ética em pesquisa envolvendo seres humanos, pesquisa empírica qualitativa, pesquisa empírica quantitativa e pesquisa com fontes históricas.	20h
3. Seminários de apresentação e discussão coletiva das propostas de pesquisa em desenvolvimento pelos discentes. Encerramento: conversão dos temas discutidos em problemas passíveis de investigação científica.	20h
TOTAL	60h

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Competências: capacidade de identificação, classificação e análise crítica dos diversos enfoques epistemológicos e metodológicos da pesquisa jurídica (dogmático, qualitativo, quantitativo, histórico e comparado), articulada ao domínio dos instrumentos institucionais de inserção e avaliação acadêmica em Direito.
- Habilidades: planejamento e execução de desenho de pesquisa juridicamente consistente, incluindo formulação de problema e hipótese, seleção do enfoque metodológico adequado ao objeto investigado, aplicação de técnicas de coleta e análise de dados (qualitativos e quantitativos), observância de exigências éticas em pesquisa envolvendo seres humanos e redação de trabalho científico em conformidade com as normas ABNT.

METODOLOGIA

A disciplina será conduzida por meio de aulas expositivo-dialogadas, com leitura prévia obrigatória dos textos indicados para cada encontro. Os diferentes enfoques metodológicos tratados ao longo do semestre (dogmático, qualitativo, quantitativo, histórico e comparado) serão apresentados segundo padrão equivalente de rigor analítico, sem subordinação de um enfoque a outro, com exposição explícita de *trade-offs* entre estratégias de pesquisa. Alguns encontros contarão com a participação de docentes convidados externos ao PPGD/UFERSA, ampliando o repertório metodológico oferecido aos discentes. Os encontros finais serão reservados a seminários de apresentação e discussão coletiva das propostas de pesquisa em desenvolvimento pelos discentes. O encontro de encerramento consistirá em atividade de brainstorming coletivo, voltada à conversão dos temas discutidos ao longo do semestre em problemas passíveis de investigação científica.

BIBLIOGRAFIAS

DWIVEDI, Yogesh K. et al. "So what if ChatGPT wrote it?": multidisciplinary perspectives on opportunities, challenges and implications of generative conversational AI for research, practice and policy. **International Journal of Information Management,** v. 71, artigo 102642, ago. 2023. DOI: https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2023.102642. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0268401223000233. Acesso em: 23 jul. 2026.

EPSTEIN, Lee; MARTIN, Andrew D. **An Introduction to Empirical Legal Research.** Oxford: Oxford University Press, 2014.

FEFERBAUM, Marina; MAFEI, Rafael (Org.). **Metodologia da pesquisa em Direito:** técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses. 4. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2026.

GOMES NETO, José Mário Wanderley; BARBOSA, Luis Felipe Andrade; PAULA FILHO, Alexandre Moura Alves de. **O que nos dizem os dados?:** uma introdução à pesquisa jurídica quantitativa. Petrópolis: Vozes, 2023.

GRIMMER, Justin; ROBERTS, Margaret E.; STEWART, Brandon M. **Text as Data:** a new framework for machine learning and the social sciences. Princeton: Princeton University Press, 2022.

MACHADO, Maíra Rocha (Org.). **Pesquisar empiricamente o direito.** São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017. Disponível em: https://reedpesquisa.org/wp-content/uploads/2019/04/MACHADO-Mai%CC%81ra-org.-Pesquisar-empiricamente-o-direito.pdf. Acesso em: 9 jul. 2026.

LLAUDET, Elena; IMAI, Kosuke. **Data Analysis for Social Science:** a friendly and practical introduction. Princeton: Princeton University Press, 2022.

LOUZADA, Francisco; FERREIRA, Paulo Henrique; RAMOS, Pedro Luiz. **Estatística básica com suporte computacional** [livro eletrônico]. São Carlos: Ed. dos Autores, 2026.

MONEBHURRUN, Nitish; VARELLA, Marcelo D. O que é uma boa tese de doutorado em Direito? Uma análise a partir da própria percepção dos programas. **Revista Brasileira de Políticas Públicas,** Brasília, v. 3, n. 2, p. 424-443, jul./dez. 2013. DOI: https://doi.org/10.5102/rbpp.v3i2.2730. Disponível em: https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/2730. Acesso em: 7 jul. 2026.

ROMANO, Alessandro. Micro-Meso-Macro Comparative Law: an essay on the methodology of comparative law. Chicago-Kent **Journal of International and Comparative Law,** v. 17, n. 1, p. 1-17, 2017.

APROVAÇÃO

COLEGIADO DO MESTRADO EM DIREITO

11/09/2026
DATA

_____
COORDENADOR DO CURSO

_____ ___/_____/2026
Nº DA REUNIÃO DATA

_____

___/_____/ 2026
DATA

_____
PRÓ-REITOR (A)

CONSEPE

_____ ___/_____/2026
Nº DA REUNIÃO DATA

_____
ASS. DA SECRETÁRIA DO CONSEPE.

MOSSORÓ-RN, ____de _____de 2026.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS - CCSAH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD (MESTRADO ACADÊMICO)

IDENTIFICAÇÃO
PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA
DISCIPLINA
Elementos de Teoria da Constituição
PROFESSOR(A)
Prof. Dr. Emanuel de Melo Ferreira e Prof. Dr. Francisco Tarcísio Rocha Gomes Júnior

Nº DE CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA TOTAL
04	**60**

EMENTA
Teoria da Constituição e Filosofia do Direito. Constitucionalismo. Constitucionalismo latino-americano. Constitucionalismo crítico, capitalismo e racismo. Constitucionalismo autoritário. Hermenêutica constitucional e ideologias políticas. Metodologia do Direito constitucional comparado. Teoria do Poder Constituinte. Teoria dos Direitos fundamentais. Teoria do Federalismo. Poderes emergenciais. Separação de Poderes. Poder legislativo: organização, garantias e competências. Processo legislativo abusivo. Poder executivo: Presidencialismo de coalizão e *impeachment.* Sistema de justiça, controle de constitucionalidade e *lawfare.*

OBJETIVOS
Partindo-se da premissa de que o Direito é uma prática social interpretativa que pode se desenvolver de modo contraditório, atuando como ora instrumento inclusivo de libertação ora como um aparato estatal voltado para dominação autoritária, a disciplina leva a sério análises mais estruturais da Constituição, nas quais a relação entre direito, moral e política, com especial atenção para as ideologias, ocupa papel central.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	CARGA HORÁRIA
1. Teoria da Constituição e Filosofia do Direito. Constitucionalismo. Constitucionalismo latino-americano. Constitucionalismo crítico, capitalismo e racismo. Constitucionalismo autoritário. Hermenêutica constitucional e ideologias políticas. Metodologia do Direito constitucional comparado. Teoria do Poder Constituinte. Teoria dos Direitos fundamentais. Teoria do Federalismo.	30h
2. Poderes emergenciais. Separação de Poderes. Poder legislativo: organização, garantias e competências. Processo legislativo abusivo Poder executivo: Presidencialismo de coalizão e *impeachment.* Sistema de justiça, controle de constitucionalidade e *lawfare.*	30h
TOTAL	60h

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Espera-se que ao aprofundar os conhecimentos da Teoria da Constituição, seja possível formar estudantes-pesquisadores com sólida formação teórica, com capacidade crítica e reflexiva adequadas à realização de análises jurídicas e políticas de qualquer sistema constitucional, com aplicação do arcabouço teórico consolidado ao longo da disciplina nas suas respectivas pesquisas no curso de mestrado em Direito. Especialmente, buscar-se-á desenvolver a capacidade de identificar, a partir da pesquisa jurídica, as condições materiais nas quais práticas autoritárias desenvolvem-se através da argumentação jurídica, demonstrando a importância do enfrentamento jurídico às ideologias autoritárias caso se queira, radicalmente, alcançar a efetividade da Constituição.

METODOLOGIA

Aulas expositivas, com a sistemática de apresentação de seminários e organização de um *paper* temático.

BIBLIOGRAFIA

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. S4o Paulo: Companhia das Letras, 1990.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 15ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

DWORKIN, Ronald. **O direito da liberdade**: a leitura moral da constituição norte americana. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

GLEZER, Rubens; LYNCH, Christian Edward Cyril; VIEIRA, Oscar Vilhena (Coords). **Teoria Constitucional Brasileira**: 200 anos de disputa. Avaé, São Paulo: Editora Contracorrente, 2024.

GOMES, David F. L. **Constitucionalismo Dependência e Legado Escravocrata**: Uma Teoria da Constituição como Teoria da Sociedade. Ipiranga: Conhecimento Editora, 2026.

HIRSCHL, Ran. **Towards juristocracy**: the origins and consequences of the new constitucionalism. Cambridge, MA, Harvard University Press, 2007.

LIMA, Martônio Mont'Alverne Barreto. **Supremo Tribunal Federal**: Prússia contra Reich. São Paulo: Contracorrente, 2022.

MEYER, Emílio Peluso Neder. **Constitutional Erosion in Brazil**. Oxford: Hart Publising, 2021.

KELSEN, Hans. **Jurisdição Constitucional**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes. 2007.

SCHMITT, Carl. **La defensa de la Constitución**. Madrid: Tecnos, 1983.

TUSHNET, Mark; BUGARIC, Bojan. **Constitutionalism and Its Discontents**. Chicago, IL: University of Chicago Press, 2026.

MOSSOR-RN, ____de _____de 2026.

APROVAÇÃO

COLEGIADO DO MESTRADO EM DIREITO

11/09/2026
DATA

_____
COORDENADOR DO CURSO

_____ __/_____/2026
Nº DA REUNIÃO DATA

_____
PRÓ-REITOR (A)

____/_____ / 2026
DATA

CONSEPE

_____ __/_____/2026
Nº DA REUNIÃO DATA

_____
ASS. DA SECRETÁRIA DO CONSEPE.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS - CCSAH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD (MESTRADO ACADÊMICO)

IDENTIFICAÇÃO
PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA
DISCIPLINA
NEOLIBERALISMO E RAZÃO JURÍDICA
PROFESSOR(A)
FELIPE ARAUJO CASTRO/ MÁRIO SÉRGIO FALCÃO MAIA

Nº DE CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA TOTAL
04	**60**

EMENTA
Sobre os conceitos operacionais para a análise do fenômeno jurídico na disciplina: "campo jurídico" e "mundo do Direito". O neoliberalismo como ideologia dominante nos grupos profissionais dominantes no mundo do direito. O neoliberalismo como modo de vida: o olhar da sociologia das elites e das profissões jurídicas. A cultura neoliberal no mundo do direito e a diversidade de tipos no campo: sobre diversidades e hierarquias. Sobre o tipo jurista-empreendedor e sua posição no campo jurídico. Exercícios de análise simbólica/interacionista de identidades profissionais no mundo do direito (a partir da observação de interações físicas ou virtuais). .

OBJETIVOS
Investigar as manifestações contemporâneas do neoliberalismo realmente existente nas diversas formas materializadas no campo jurídico. Investigar os impactos da razão neoliberal sobre o campo jurídico brasileiro.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	CARGA HORÁRIA
1. Análise simbólica do direito: apresentação das ferramentas interpretativas. O neoliberalismo e a "micro" sociologia.	20h
2. Pesquisas sobre a dominação simbólica neoliberal no campo jurídico: leitura crítica.	20h
3. Pesquisa exploratória sobre as identidades profissionais no mundo do direito: oficina de análise simbólica – em busca do "sujeito" liberal no campo jurídico.	20h
TOTAL	60h

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES
Desenvolvimento da habilidade crítica, do pensamento humanista e do treino de técnicas da pesquisa sociojurídica.

METODOLOGIA

Aulas expositivas seguidas de diálogos horizontais. Elaboração de resenhas críticase/ou artigos Científicos como forma de avaliação. Recomendação de material assessório multimídia [video aulase podcasts] como complemento do conteúdo.

BIBLIOGRAFIA

BIEBRICHER,Thomas. The political theory of neoliberalism.Stanford:StanfordUniversityPress,2018.

BROWN,Wendy.American nightmare: neoliberalism, neoconservatism and de-democratization.PoliticalTheory,v.34, n.6,2006.[HeinOnline]

COOPER,Melinda. Family values:between neoliberalism and the new social conservatism. Nova Iorque: ZoneBooks,20 17.

DARDOT,Pierre;LAVAL,Christian. A nova razão do mundo:ensaio sobre a sociedade liberal. São Paulo: Boitempo,2016.

KOTSKO,Adam. Neoliberalism Demon's: on the political theology of late capital.Stanford University Press,2018.

LAVAL,Christian.Foucault ,Bourdieu e a questão neoliberal.Tradução de Márcia Cunha e Nilton Ota. São Paulo: Elefante, 2020.

MAIA, MÁRIO S. F.; CAVALCANTE, I. S. . Distintos profissionais: a prova oral em uma seleção do ministério público vista como "encontro social". REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA DO DIREITO, v. 11, p. 39, 2024.

MAIA, MÁRIO S. F.; NERIS, L. G. D. . UMA PESSOA TRABALHADORA E "FAMÍLIA": A IDENTIDADE CONCURSEIRA NAS REPRESENTAÇÕES DE INSTAGRAM. REVISTA DIREITO GV (ONLINE) JCR , v. 40, p. 1-23, 2024.

MAIA, MÁRIO S. F.. Ser professor(a) acadêmico(a) de direito no Brasil:construindo uma identidade profissional em um grupo "desviante"?. SORTUZ: OÑATI JOURNAL OF EMERGENT SOCIO-LEGAL STUDIES, v. 14, p. 459, 2024.

WACQUANT,Löic.The penalisation of poverty and the rise of neoliberalism. European Journal on Criminal Policy and Research,v.9,n.4,2012.[HeinOline]

APROVAÇÃO

COLEGIADO DO MESTRADO EM DIREITO

11/09/2026
DATA

_____
COORDENADOR DO CURSO

_____ ___/_____ /2023
Nº DA REUNIÃO DATA

_____

____/_____ / 2023
DATA

_____

CONSEPE

_____ ___/_____ /2023
Nº DA REUNIÃO DATA

_____
ASS. DA SECRETÁRIA DO CONSEPE.

MOSSORÓ-RN, ____de _____de 2023.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS - CCSAH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD (MESTRADO ACADÊMICO)

IDENTIFICAÇÃO
PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA
DISCIPLINA
DIREITO AMBIENTAL, CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E JUDICIALIZAÇÃO
PROFESSOR(A)
MARCUS TULLIUS LEITE FERNANDES DOS SANTOS

Nº DE CRÉDITOS	**CARGA HORÁRIA TOTAL**
04	**60**

EMENTA
Direito Ambiental e sua relação com a Ciência, a Economia e a Política. Processo judicial e desenvolvimento sustentável. A litigância ambiental e climática. Limites da revisão judicial dos atos e decisões administrativas em matéria ambiental. Processo estrutural em matéria ambiental. Acesso à justiça ambiental e sua complexidade.

OBJETIVOS
1. Conhecer os problemas centrais de aplicação do direito ambiental, diante das influências da Ciência, da Política e da Economia. 2. Compreender o processo decisório judicial em matéria ambiental com base na aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável e no desafio de integrar interesses antagônicos, como o ambiental, o social e o econômico, a partir de técnicas integrativas, juízos de ponderação e aplicação de indicadores; 3. Estudar a litigância ambiental e a climática, atrelados ao conceito de jurisdição, litígio estratégico, compromisso significativo, governança judicial socioecológica e justiça socioambiental; 4. Refletir sobre os limites da revisão judicial em relação aos atos e decisões administrativas em matéria ambiental; 5. Analisar o modelo de processo estrutural e como pode ser aplicado em litígios judiciais que envolvem a questão ambiental e climática. 6. Entender como a morosidade judicial interfere no acesso à justiça ambiental, nas estratégias dos litigantes e nos movimentos de defesa do meio ambiente.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	CARGA HORÁRIA
1. Direito Ambiental, Ciência, Política e Economia: como a relação interfere na proteção do meio ambiente e na ação climática.	10

2. Desenvolvimento sustentável, indeterminação conceitual, lacuna normativa e conteúdo. Princípio da integração, o processo decisório e suas diferentes visões. O princípio da ponderação e as questões ambientais. Indicadores de sustentabilidade, tradução jurídica e judicial.	10
3. Fundamentos, pretensões e disfunções da jurisdição ambiental. O litígio estratégico em matéria ambiental e climática. O judiciário e seu papel de atuação por meio do compromisso significativo, da governança judicial socioecológica e da justiça socioambiental.	10
4. Limites da revisão judicial em relação aos atos e decisões administrativas em matéria ambiental: atos administrativos discricionários, de gestão, de controle e punitivos.	10
5. Processo estrutural: conceito, aplicação e sua efetividade nas questões que envolvem conflitos ambientais e climáticos.	10
6. Acesso à justiça ambiental: morosidade judicial, estratégias dos litigantes, interpretação judicial redutora da complexidade do problema, as consequências para os movimentos sociais de defesa do meio ambiente e a resistência de empresas em cumprir decisões judiciais.	10
TOTAL	60

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

A disciplina visa o desenvolvimento de competências técnicas, científicas e jurídicas em relação ao direito ambiental e o fenômeno da judicialização da sustentabilidade. Espera-se um aprendizado profundo sobre o conceito de desenvolvimento sustentável e sua aplicação em processos decisórios judiciais, visto que os conflitos socioambientais estão permeados pela necessidade de integrar o desenvolvimento socioeconômico com a preservação ambiental. Além disso, tendo em vista as omissões do legislativo e do executivo na implementação de políticas ambientais, tem-se buscado o Poder Judiciário para garantir a efetividade de direitos socioambientais, por meio das estratégias da litigância ambiental e climática. Assim, surgem discussões muito interessantes sobre os limites da revisão judicial dos atos e decisões administrativas em matéria ambiental e a respeito das técnicas de processo estrutural no sentido de encontrar as melhores decisões em litígios estruturais e estratégicos. Todavia, nesse cenário discutem-se as barreiras relacionadas ao acesso à justiça ambiental, bem como questões epistemológicas da intrincada relação entre o Direito Ambiental, a Ciência, a Política e a Economia. Ao fim, a disciplina contribui para formação profissional e científica, preparando operadores do direito para a vida acadêmica, a magistratura, o ministério público, a advocacia e a consultoria ambiental, mediante o desenvolvimento de habilidades de pesquisa e análise crítica, pois os(as) alunos(as) ao analisarem conceitos como desenvolvimento sustentável, litigância ambiental, processo estrutural, compromisso significativo, governança judicial socioecológica e acesso à justiça ambiental, desenvolverão uma visão sistêmica sobre a eficácia das normas ambientais e a atuação do Estado, da sociedade civil e do setor privado na preservação do meio ambiente. Em função da metodologia de estudo e avaliação da disciplina, os(as) discentes fortalecerão sua capacidade de redação jurídica, diante da obrigatoriedade de produzirem textos analíticos ou artigos científicos sobre problemas ou casos reais, apontando possíveis soluções. Assim, ao lidar com estudos de casos complexos, os(as) estudantes praticam a análise de problemas e a proposição de soluções jurídicas, preparando-se para atuar em litígios, mediações e negociações ambientais. Com a leitura bibliográfica e a análise de casos reais, isso permitirá aos estudantes fazer a ponte entre a teoria jurídica e a realidade socioambiental, compreendendo melhor os desafios da implementação das normas ambientais e da integração de interesses antagônicos, que envolve Estado, empresas, comunidades, organizações etc. No mesmo sentido, estimula-se a compreensão do papel do Judiciário e da Administração Pública, ou seja, entender como o sistema de justiça pode influenciar a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, notadamente interferindo ou não na questão das políticas públicas e/ou na gestão ambiental.

METODOLOGIA

A disciplina *Direito Ambiental, Conflitos Socioambientais e Judicialização* será ofertada na modalidade presencial. Serão 15 encontros (4 horas-aula cada), entre aulas expositivas com maior ênfase para a técnica de trabalho de pesquisa individual, debates, seminários, elaboração/análise de casos e discussões de textos nacionais e estrangeiros. As aulas expositivas serão dialogadas, mediante compartilhamento de slides, acompanhamento de leitura bibliográfica, de modo que os instrumentos avaliativos consistem na integração através de relatos dos discentes, seus questionamentos, suas opiniões, alicerçado no método de sala de aula participativo. Os (as) discentes ainda deverão realizar leitura de textos (artigos, capítulos de livros/teses/dissertações), estudo de casos ambientais e preparar seminários bem como elaborar um artigo científico a ser publicado em revista de *qualis* elevado (A1, A2, A3, A4, B1 e B2). De modo que serão utilizados instrumentos avaliativos para verificar a participação do discente, o fichamento de textos e a elaboração de resenhas críticas. Ao final, destacam-se quatro objetivos a serem alcançados com a metodologia: (a) o conhecimento e entendimento do Direito Ambiental e a compreensão dos meios necessários para o reconhecimento e interpretação das normas ambientais em processos judiciais; (b) a compreensão da tutela do Direito Ambiental em seus múltiplos aspectos - materiais e processuais; (c) a resolução de problemas concretos, correlatos e que envolvam – em especial – análise crítica; (d) o entendimento do Direito ambiental internacional, a fim de que seja ressaltado o caráter global das preocupações com a proteção do meio ambiente. Assim, em resumo, a metodologia limita-se a: - Utilização de aulas expositivas com diálogo e debate crítico sobre os temas mais atuais do direito ambiental; - Estudo de textos sobre aspectos do conteúdo programático, incluindo artigos, dissertações, teses e livros; - Técnica de elaboração de artigo científico, priorizando a revisão do estado da arte e análise de casos concretos de conflitos socioambientais, apontando os problemas e encaminhando possíveis soluções.

BIBLIOGRAFIAS

1 - AFFOLDER, Natasha. **The legal concept of sustainability**. A Symposium on Environment in the Courtroom: Key Environmental Concepts and the Unique Nature of Environmental Damage. Canadian Institute of Resources Law/Faculty of Law/University of Calgary, March 23-24, 2012.

2 - AMARILES, David Restrepo. (2015) **Legal indicators, global law and legal pluralism: an introduction**, The Journal of Legal Pluralism and Unofficial Law, 47:1, 9-21, http://dx.doi.org/10.1080/07329113.2015.1046739.

3 - ARENHART, Sérgio Cruz. **Processos estruturais no direito brasileiro: reflexões a partir do caso da ACP do carvão**. Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Brasília, v. 29, n. 1/2, p. 70-79, jan./fev. 2017.

4 - BARRAL, Virginie; DUPUY, Pierre-Marie. **Sustainable Development through Integration (principle 4).** Oxford Public International Law. The Rio Declaration on Environment and Development: A Commentary Edited By: Jorge E. Viñuales, 2015.

5 - CARVALHO, Victor Caldas Ferreira de. **Judicialização do licenciamento ambiental: estudo sobre as suas motivações no caso do Porto de São Sebastião São Paulo**. Universidade de São Paulo USP. Dissertação de Mestrado. 2016. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6139/tde-26102016-144144/pt-br.php, acesso em: 25/06/2024.

6 - CHEEVER, Federico; DERNBACH, John C. **Sustainable Development and its Discontents.** University of Denver, Faculty Scholarship, Denver Law. Journal of Transnational Environmental Law, Forthcoming (2015). Disponível em: http://digitalcommons.du.edu/law_facpub.

7 - CONDE, Marta; WALTER, Mariana; WAGNER, Lucrecia; NAVAS, Grettel. **Slow justice and other unexpected consequences of litigation in environmental conflicts.** Global Environmental Change 83 (2023), journal homepage: www.elsevier.com/locate/gloenvcha.

8 - CREMONEZI, Ana Cristina. **Structural process: a prospective and dialogical approach in demands involving public administration**. Scientific Journal of Applied Social and Clinical Science, v. 3, n. 27, 2023.

9 - **Demandas estruturais e litígios de alta complexidade: casos práticos analisados no mestrado da Enfam** / coordenador: Antônio César Bochenek; autores: Leonardo Resende Martins ... [et al.]. — Brasília: Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados — Enfam, 2022.

10 - DERNBACH, John C.; PARENTEAU, Patrick. **Judicial remedies for climate disruption**. Environmental Law Institute, Washington, DC, 2023.

11 - ELLIS, Jaye. **"Social nature": political economy, science, and law in the anthropocene**. Forthcoming in Poul F. Kjaer (ed.), The Law of Political Economy: Transformation in the Function of Law (Cambridge: Cambridge University Press, 2020).

12 - GOMES, Patricia Votto; ELTZ, Morgana Ricciardi de Castilhos. **Litigância ecológica da lagoa da conceição, em florianópolis: do desastre socioambiental uma oportunidade para a educação ambiental em defesa dos direitos da natureza**, p. 426 a 448. GEODIREITO, JUSTIÇA CLIMÁTICA E ECOLÓGICA: PERSPECTIVAS PARA A AMÉRICA LATINA LEITE, José Rubens Morato; CAVEDON-CAPDEVILLE, Fernanda de Salles; DUTRA, Tônia A. Horbatiuk (org.). 1. ed. Florianópolis, SC: Inst. O direito por um Planeta Verde, 2022.

13 - HAYS, Samuel P. **Environmental Litigation in Historical Perspective**. 19 U. MICH. J. L. REFORM 969 (1986). Available at: https://repository.law.umich.edu/mjlr/vol19/iss4/6, acesso em 03/11/2023.

14 - SANTOS, Marcus Tullius Leite Fernandes dos. **Desenvolvimento sustentável e processo judicial: A integração por meio dos indicadores de sustentabilidade**. Editora Jurídica OWL, Natal/RN: 2020. 371p. Disponível em: https://www.amazon.com/Desenvolvimento-sustent%C3%A1vel-processo-judicial-sustentabilidade/dp/B08JB9X833.

APROVAÇÃO

COLEGIADO DO MESTRADO EM DIREITO

11/09/2026 _____

DATA — ASS. DO (A) COORDENADOR(A) DO CURSO

_____ ___/_____ /2026 _____

____/_____ / 2026 _____

DATA — ASS. DO (A) PRÓ-REITOR (A)

CONSEPE

_____ ___/_____ /2026 _____

Nº DA REUNIÃO — DATA — ASS. DA SECRETÁRIA DO CONSEPE.

MOSSORÓ-RN, ____ de _____ de 2026.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS - CCSAH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD (MESTRADO ACADÊMICO)

IDENTIFICAÇÃO
PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA
DISCIPLINA
SEMINÁRIO DE DISSERTAÇÃO
PROFESSOR
Lizziane Souza Queiroz Franco de Oliveira

Nº DE CRÉDITOS	**CARGA HORÁRIA TOTAL**
04	**60**

EMENTA
A pesquisa na pós-graduação. Documentação na pesquisa. Tema. Procedimentos metodológicos. Promover discussão e avaliação dos projetos de pesquisa dos estudantes, a fim de integrar uma formação interdisciplinar na área de investigação da ciência do Direito e possibilitar novas abordagens metodológicas, teóricas e técnicas para aprimoramento das pesquisas em curso.

OBJETIVOS
1. Discutir as propostas de dissertações de mestrado, com foco nas metodologias e relevância para a consolidação das linhas e área de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Direito. 2. Apresentação e discussão acerca da “Intenção da Pesquisa”, com foco na justificativa da pesquisa, da metodologia e das referências. 3. Apresentação e discussão acerca do “Texto da Dissertação”, com foco na pesquisa desenvolvida para a qualificação da dissertação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	CARGA HORÁRIA
1. Estruturação da pesquisa: fontes, metodologia e abordagem teórica	15h
2. Apresentação e discussão da “Intenção da Pesquisa”	15h
3. Apresentação e discussão do “Texto da Dissertação”	30h
TOTAL	60 h

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES
Fomentar a capacidade de reflexão crítica dos discentes a partir da problematização dos objetos de pesquisa em investigação; Ampliar as estratégias argumentativas; Fomentar a pesquisa com base nas discussões, críticas e sugestão apresentadas ou mencionadas durante as fases de apresentação e discussão da “Intenção da Pesquisa” e do “Texto da Dissertação”.

METODOLOGIA

Discussão de textos relacionados aos elementos da pesquisa da dissertação. Aprofundamento do processo de construção dos textos da dissertação dos mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Direito, com foco no espaço de discussão e na preparação para o exame de qualificação. Apresentação de aulas expositivas e interativas, com base nos diferentes métodos de pesquisa. Apresentação e discussão da "Intenção da Pesquisa" e do "Texto da Dissertação", com foco na pesquisa desenvolvida para a qualificação da dissertação.

BIBLIOGRAFIAS

GUANDALINI JÚNIOR, Walter. **Guia Prático de pesquisa em História do Direito.** São Paulo: Almedina, 2024.

MAIA, Mário Sérgio Falcão. **Epistemologia e Métodos da Pesquisa Jurídica**: conversas com mestrandos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; FEFERBAUM, Marina (coord.). **Metodologia da Pesquisa em Direito**: técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses. São Paulo: Saraiva, 2026.

SAMPAIO, Rafael Cardoso, et. al. Chega de Bardin!: O círculo vicioso da análise de conteúdo brasileira. SciELO Preprints. 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.12029. Acesso em: 26 ago. 2026.

SIQUEIRA, Gustavo Silveira. **Pequeno manual de metodologia da pesquisa jurídica ou roteiro de pesquisa para estudantes de Direito**. Belo Horizonte, 2020.

APROVAÇÃO	
	COLEGIADO DO MESTRADO EM DIREITO
11/09/2026 DATA	_____ ASS. DO COORDENADOR DO CURSO
	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - DCSA
_____ __/_____ /2026 Nº DA REUNIÃO DATA	_____ ASS. DO (A) CHEFE DE DEPARTAMENTO.
	CONSELHO DE PÓS-GRADUAÇÃO
____/_____ / 2026 DATA	_____ ASS. DO (A) PRÓ-REITOR (A)
	CONSEPE
_____ __/_____ /2026 Nº DA REUNIÃO DATA	_____ ASS. DA SECRETÁRIA DO CONSEPE.

MOSSORÓ-RN, _de _____de 2026.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS - CCSAH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD (MESTRADO ACADÊMICO)

IDENTIFICAÇÃO
PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA
DISCIPLINA
Transformações contemporâneas da ordem social na perspectiva dos direitos fundamentais
PROFESSOR(A)
Rafael Lamera Giesta Cabral

Nº DE CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA TOTAL
04	60

EMENTA
Teoria Geral dos Direitos Sociais. Desafios contemporâneos para a implementação dos Direitos Sociais: fragilidades e alternativas em contextos de desigualdade. Mecanismos jurídicos de proteção dos Direitos Sociais. Diversidade histórico-cultural, Trabalho e os processos de desenvolvimento contemporâneos. Transformações sociais do Brasil e seus reflexos no semiárido. Desenvolvimento local, geração de renda e cooperativismo

OBJETIVOS
1. Situar a ordem social brasileira em história constitucional de longa duração, articulando história social do trabalho e história do direito. 2. Identificar os arranjos jurídico-institucionais que sustentaram a proteção dos direitos sociais, em especial o direito do trabalho, antes e depois de 1988. 3. Submeter a dogmática dos direitos sociais (mínimo existencial, vedação do retrocesso, reserva do possível) a exame crítico, historicamente informado e atento aos limites institucionais do Judiciário. 4. Operar as ferramentas analíticas do campo Direito e Políticas Públicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	CARGA HORÁRIA
1ª unidade - Teoria Geral dos Direitos Sociais e o constitucionalismo social.	20
2ª unidade: Desafios contemporâneos para implementação dos direitos sociais a partir da análise das fragilidades e alternativas em contextos de desigualdade	20
3ª unidade: Diversidade histórico-cultural. Trabalho. Processos de desenvolvimento contemporâneo. Desenvolvimento brasileiro e políticas sociais no semiárido	20
TOTAL	60h

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES
Espera-se aprofundar os conhecimentos da teoria dos direitos sociais, de forma a habilitar o estudante na análise históricosociológica sobre as questões relacionadas ao desenvolvimento; direito e política; políticas públicas; e a crise no paradigma do Estado social.

METODOLOGIA
Sistemática de apresentação dos seminários e estrutura do trabalho final.

BIBLIOGRAFIAS

CABRAL, Rafael Lamera Giesta. Corporativismo e diversidade na experiência brasileira (1923-1934). In: SIQUEIRA, Gustavo; LYNCH, Christian (Org.). História do Direito: processos, métodos e dados. Londrina: Engenho das Letras, 2024.

CERQUEIRA-LEITE SEELAENDER, Airton. Preaching Against the Earthquake. The Rise of State Intervention and the resistance to It in Brazilian Constitutional and Administrative Law. GIORNALE DI STORIA COSTITUZIONALE, v. 40, p. 227-239, 2020.

COSTA, Pietro. Os direitos sociais: um diagrama do seu desenvolvimento. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, V. 88, p. 463-479, jan./jul., 2026. Disponível em: https://doi.org/10.12818/P.0304-2340.2026v88p463. Acesso em: 26 ago 2026.

FLEURY, Sonia et al. Populismo autoritário, desdemocratização e desmonte das políticas sociais: lições do caso brasileiro. In: FLEURY, Sonia (org.). Cidadania em perigo: desmonte das políticas sociais e desdemocratização no Brasil. [S. l.]: Edições Livres; Cebes, 2024. p. 293–323. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/62617. Acesso em: 23 ago. 2026.

FONTES, Paulo; CORRÊA, Larissa Rosa. Labor and Dictatorship in Brazil: A Historiographical Review. *International Labor and Working-Class History*, n. 93, 2018, p. 27-51.

GOMES, Juliana Cesario Alvim. Bridging Past and Future: Transformative Constitutionalism and Directive Constitutions Amidst Authoritarian Challenges. *VRÜ Verfassung und Recht in Übersee*, [s. l.], v. 56, n. 3, p. 587–601, 2024

HERRERA, Carlos Miguel. Estado, Constituição e Direitos Sociais. In: SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel. Direitos Sociais: fundamentos, Judicialização e Direitos Sociais em espécie. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 5-25.

MELLO, Patrícia Perrone Campos. Os processos estruturais no Supremo Tribunal Federal: repensando o processo constitucional e sua intervenção em políticas públicas. *Revista de processo*, [s. l.], v. 49, n. 349, 2024

PULIDO, Carlos Bernal. The constitutional protection of economic and social rights in Latin America. In: DIXON, Rosalind; GINSBURG, Tom (org.). *Comparative Constitutional Law in Latin America*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2017. p. 325–342. Disponível em: https://www.elgaronline.com/view/9781785369209/21_chapter14.xhtml. Acesso em: 10 fev. 2022.

TEIXEIRA, Melissa. Em busca de um New Deal brasileiro: Oliveira Vianna e as fontes transnacionais da experiência do corporativismo no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 184, n. 493, p. 234-270, 2023.

WALTON, Charles. Why the neglect? Social rights and French Revolutionary historiography, French History, Volume 33, Issue 4, December 2019.

APROVAÇÃO	
	COLEGIADO DO MESTRADO EM DIREITO
11/09/2026 DATA	_____ ASS. DO COORDENADOR DO CURSO
_____ __/_____ /2026 Nº DA REUNIÃO DATA	_____
____/_____ / 2026 DATA	_____
	CONSEPE
_____ __/_____ /2026 Nº DA REUNIÃO DATA	_____

MOSSORÓ-RN, ____de _____de 2026.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS - CCSAH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD (MESTRADO ACADÊMICO)

IDENTIFICAÇÃO
PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA
DISCIPLINA
EDUCAÇÃO JURÍDICA, CONFLITUOSIDADE E PROFISSIONALIZAÇÃO
PROFESSOR(A)
RAMON REBOUÇAS NOLASCO DE OLIVEIRA

Nº DE CRÉDITOS	**CARGA HORÁRIA TOTAL**
04	**60**

EMENTA

Antecedentes históricos do ensino jurídico brasileiro. Pesquisa jurídica e extensão universitária na formação do bacharel em Direito. O papel das Práticas Jurídicas e dos estágios no itinerário formativo discente. Concepções e métodos de ensino-aprendizagem vivenciados na graduação e pós-graduação brasileira na área do Direito. Práticas judiciárias e comunitárias na abordagem da conflituosidade social. O preparo dos pesquisadores e dos profissionais das carreiras jurídicas tradicionais no contexto dos novos modos de responder aos problemas contemporâneos.

OBJETIVOS

Este componente curricular visa explorar um pouco dos percursos trilhados pelas instituições formadoras dos profissionais do Direito no Brasil, a fim de ampliar a compreensão dos pós-graduandos em temas fundamentais para o Direito, a democracia e os conflitos sociais, em íntimo diálogo com a área de concentração do PPGD/UFERSA. Para fortalecer a Linha 2 do Programa ("Estado, conflitos e direitos fundamentais"), a disciplina contemplará o papel das instituições estatais no tratamento dos conflitos, em face do fenômeno relevante da judicialização e da ocupação central das tradicionais profissões jurídicas, afinando-se, assim, à Sublinha "Judicialização, Profissão Jurídica e Conflito". Todavia, o foco não será "Teorias do conflito e a judicialização" (título de outra disciplina do PPGD). Por seu turno, o presente componente enfatizará a educação jurídica, os aspectos acadêmicos da formação dos bacharéis e pós-graduandos, as dimensões didático-pedagógicas dos cursos jurídicos, as experiências universitárias que marcam e modulam o trabalho dos juristas profissionais, suas práticas na vida social a partir do treinamento institucional recebido durante os processos de ensino-aprendizagem e avaliação.

De forma tópica, os objetivos podem ser descritos assim:

1. Compreender os antecedentes históricos dos cursos jurídicos nacionais;
2. Estudar a importância da pesquisa e da extensão na formação em Direito;
3. Investigar o papel das práticas jurídicas e dos estágios no itinerário formativo discente;
4. Discutir as concepções e metodologias aplicadas ao ensino, aprendizagem e avaliação na educação jurídica brasileira;
5. Identificar as relações entre a formação jurídica e as práticas judiciais e extrajudiciais no tratamento de conflitos;
6. Analisar os meios educacionais utilizados no preparo dos juristas contemporâneos para responder às demandas atuais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	CARGA HORÁRIA
1. <u>Antecedentes históricos do ensino jurídico brasileiro</u> 1.1. *Primeiros cursos de Direito no país e o bacharelismo liberal;* *1.2. Discursos sobre "crise" no ensino jurídico;* *1.3. A expansão dos cursos, sistemas de avaliação e diretrizes curriculares nacionais;*	10
2. **<u>Pesquisa jurídica e extensão universitária na formação do bacharel em Direito</u>** *2.1 O reducionismo da educação jurídica às práticas de ensino bancário;* *2.2 A iniciação científica nos cursos jurídicos e a "cientificidade" do Direito;* *2.3 A extensão como lócus marginal e residual ou como efetiva comunicação e diálogo social de formação cidadã;*	10
3. **<u>O papel das Práticas Jurídicas e dos estágios no itinerário formativo discente</u>** *3.1 O Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) como ambiente formativo e articulador;* *3.2 As práticas da assistência, assessoria, consultoria e as clínicas de direitos;* *3.3 Campos de estágios: espaços de treinamento supervisionado e/ou de exploração de mão de obra*	10
4. **<u>Concepções e métodos de ensino-aprendizagem vivenciados na graduação e pós-graduação brasileira na área do Direito</u>** *4.1 Carências na formação docente: teorias de currículo, teorias da aprendizagem e aspectos didático-pedagógicos sonegados;* *4.2 Metodologias passivas e metodologias ativas de ensino-aprendizagem-avaliação;* *4.3 Relatos de práticas e experiências inovadoras na educação jurídica brasileira;*	10
5. **<u>Práticas judiciárias e comunitárias na abordagem da conflituosidade social</u>** *5.1 A judicialização como conquista cidadã e como dependência estatalizante: a retórica do acesso à Justiça;* *5.2 A democratização da Justiça pela via comunitária: elementos do paradigma da Justiça Restaurativa;* *5.3 Estudos de casos de tratamento de conflitos por vias não judiciais e suas contribuições para a formação jurídica.*	10
6. **<u>O preparo dos pesquisadores e dos profissionais das carreiras jurídicas tradicionais no contexto dos novos modos de responder aos problemas contemporâneos</u>** *6.1 A Pedagogia do CNJ e a jurimetria guiando o discurso de eficiência da Justiça;* *6.2 Novas tecnologias e inteligência artificial: (des)humanização em perspectiva;* *6.3 Justiça cognitiva, cidadania planetária e transdisciplinaridade: qual profissionalização queremos?*	10
TOTAL	60

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Competências e Habilidades **cognitivas**:

1. Identificar elementos marcantes do(s) pensamento(s) jurídico(s) nacional(is) no percurso do ensino jurídico;
2. Compreender elementos básicos sobre as teorias de currículo e de aprendizagem e suas relações com experiências da educação jurídica brasileira;

Competências e Habilidades **procedimentais**:

1. Inovar, em seu fazer profissional (acadêmico ou não), os modos de abordar os conflitos em âmbito judicial e extrajudicial;
2. Desenvolver críticas embasadas a respeito das deficiências na formação jurídica ofertada pelas instituições universitárias e do sistema de Justiça brasileiro;

Competências e Habilidades **atitudinais**:

1. Reconhecer o valor da iniciação científica e da atividade extensionista na formação em Direito, bem como das práticas jurídicas e dos estágios;
2. Refletir, de forma autocrítica, sobre sua formação jurídica e atuação prático-profissional.

METODOLOGIA

O componente curricular está formatado para permitir seu curso tanto de modo presencial quanto remotamente, com suporte de plataformas digitais de videoconferência, com atividades síncronas e assíncronas.

A disciplina se desenvolverá com espaços abertos para interação, com debates sobre os assuntos abordados, considerando que a participação estudantil será critério avaliativo, por seu caráter formativo e por exigências da pós-graduação em preparar sujeitos ativos e criativos, capazes de se expressar com autonomia e criticidade.

Essa participação estudantil poderá ocorrer por meio de intervenções orais e escritas, durante as aulas, assim como em avaliações específicas, na forma de apresentação de seminários e textos (artigo, ensaio, resenha, fichamento, etc.) que deverão ser entregues ao docente. Ademais, os diálogos poderão se processar por *e-mail* e outros ambientes de aprendizagem.

Para assegurar autonomia e flexibilidade ao docente ministrante, para adequação ao perfil dos estudantes, bem como a fim de garantir segurança e transparência ao processo educacional, os pesos, prazos e formatos específicos das atividades avaliativas serão apresentados no início da primeira aula, desenvolvendo-se este PGCC no respectivo plano de curso/ensino da disciplina.

Os métodos de ensino e recursos didáticos serão os seguintes: 1) Aula expositiva dialogada; 2) Indicação de leituras; 3) Discussão de textos; 4) Apresentação de slides com textos e imagens; e 5) Reprodução de vídeos.

BIBLIOGRAFIAS

Referências básicas:

DANTAS, San Tiago; FALCÃO, Joaquim; STUCKEY, Roy. **Ensino jurídico e método de caso**. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas, 2010. 124 p. – (Cadernos FGV Direito Rio. Educação e direito, vol. 3). Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10400/Cadernos%20FGV%20Direito%20Rio%20-%20Vol.%203.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 09 jul. 2021.

FELIX, Loussia Penha Musse. (ed.) **Ensino Superior na América Latina**: reflexões e perspectivas sobre Direito. Projeto Tuning América Latina. Bilbao: Universidad de Deusto, 2014. Disponível em: http://tuningacademy.org/wp-content/uploads/2014/09/A-Latina-2013-Derecho-PORT.pdf. Acesso 09 jul. 2021.

MALDONADO, F. G.; COSTA, J. R. C.; MATTOS, R. F. DE .. A Universidade como um espaço de promoção da Justiça Social: A Experiência do Projeto de Extensão Atendendo ao Povo das Águas. **Revista Direito e Práxis**, v. 16, n. 4, p. e93641, 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rdp/a/wddpyGk4GC8pCr4x5mWwpqq/?lang=pt. Acesso em 4 set. 2026.

JANEČEK, Václav; WILLIAMS, Rebecca; KEEP, Ewart. Education for the provision of technologically enhanced legal services. **Computer Law & Security Review,** v. 40, April, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.clsr.2020.105519. Acesso em 29 jan. 2021.

MUNOS, L., Fernando. Cause Lawyering and Compassionate Lawyering in Clinical Legal Education: The Case of Chile. **Indiana Journal of Global Legal Studies**, v. 27, n. 1, 2020, p. 231-248. Disponível em: link.gale.com/apps/doc/A641039847/AONE?u=capes&sid=AONE&xid=6276aeed. Acesso em 29 jan. 2021.

STRACHICINI, Douglas Lingiardi; ALENCAR, Alison Carvalho de. Transparência decisória na era algorítmica: a inteligência artificial explicável como requisito da motivação judicial. **Revista Rede de Direito Digital, Intelectual & Sociedade**, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 279–308, 2026. DOI: 10.5380/rrddis.v6i11.101862. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/rrddis/article/view/101862. Acesso em: 4 set. 2026.

OLIVEIRA, Ramon Rebouças Nolasco de. **Educação jurídica em contextos de inovação pedagógica e sociocultural**: a experiência brasileira nas perspectivas docente e discente da FD-UnB e UFERSA. 2019. 509 f., il. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/37672. Acesso em 09 jul. 2021.

PEREZ RAGONE, Álvaro. Aportes para Enseñanza del Derecho Probatorio: método colaborativo inducido por el diálogo socrático. **Rev. Fac. Der**., Montevideo, n. 45, p. 262-291, nov. 2018. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/pdf/rfd/n45/2301-0665-rfd-45-262.pdf. Acesso em: 29 jan. 2021.

SALDANA VELASQUEZ, Stefany; MORALES SALAZAR, Pedro Otoniel. Fundamentos epistemológicos de la gestión de representación comunitaria en la mediación de conflictos sociales. **UCT**, Quito , v. 29, n. 129, p. 126-135, Dez. 2025. Disponível em: http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1316-48212025000400126&lng=en&nrm=iso. Acesso em 4 set. 2026.

WINTERSTEIGER, Lisa. Legal education beyond the academy: the neoliberal reorientation of public legal education. **Law Critique**, 30, 123–129 (2019). https://doi-org.ez13.periodicos.capes.gov.br/10.1007/s10978-019-09244-9. Acesso em 29 jan. 2021.

APROVAÇÃO	
	COLEGIADO DO MESTRADO EM DIREITO
___11/_09 / 2026 DATA	_____ ASS. DA COORDENADORA DO CURSO
	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - DCSA
_____ ___/_____ /2026 Nº DA REUNIÃO DATA	_____ ASS. DO (A) CHEFE DE DEPARTAMENTO.
	CONSELHO DE PÓS-GRADUAÇÃO
____/_____ / 2026 DATA	_____ ASS. DO (A) PRÓ-REITOR (A)
	CONSEPE
_____ ___/_____ /2026 Nº DA REUNIÃO DATA	_____ ASS. DA SECRETÁRIA DO CONSEPE.

MOSSORÓ-RN, ____ de _____ de 2026.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS - CCSAH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD (MESTRADO ACADÊMICO)

IDENTIFICAÇÃO
PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA
DISCIPLINA
Tópicos Especiais Avançados 3
PROFESSOR(A)
Prof. Dr. Rafael Lamera Giesta Cabral

Nº DE CRÉDITOS	**CARGA HORÁRIA TOTAL**
04	**60**

EMENTA
Esta disciplina tem por objetivo atender aos interesses dos professores colaboradores ou permanentes que desejam ofertar disciplina específica em decorrência dos projetos de pesquisa em curso no PPGD/UFERSA.

OBJETIVOS
Aprofundar temas contemporâneos relacionados com a Linha 1 do PPGD/UFERSA.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	CARGA HORÁRIA
A definir pelo docente	20h
A definir pelo docente	20h
A definir pelo docente	20h
TOTAL	60h

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES
A definir pelo docente

METODOLOGIA
A metodologia será definida pelo(a) professor(a).

BIBLIOGRAFIAS
A bibliografia deve ser indicada pelo professor responsável.

APROVAÇÃO	
	COLEGIADO DO MESTRADO EM DIREITO
11/09/2026 DATA	_____ COORDENADOR DO CURSO
_____ ___/_____ /2026 Nº DA REUNIÃO DATA	CPPGIT _____
____/_____ / 2026 DATA	_____
	CONSEPE
_____ ___/_____ /2026 Nº DA REUNIÃO DATA	_____ ASS. DA SECRETÁRIA DO CONSEPE.

MOSSORÓ-RN, ____de _____de 2026.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS - CCSAH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD (MESTRADO ACADÊMICO)

IDENTIFICAÇÃO
PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA
DISCIPLINA
Tópicos Especiais Avançados 4
PROFESSOR(A)
Prof. Dr. Jailson Alves Nogueira e Ramon Rebouças

Nº DE CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA TOTAL
04	**60**

EMENTA
Esta disciplina tem por objetivo atender aos interesses dos professores colaboradores ou permanentes que desejam ofertar disciplina específica em decorrência dos projetos de pesquisa em curso no PPGD/UFERSA.

OBJETIVOS
Aprofundar temas contemporâneos relacionados com a Linha 1 do PPGD/UFERSA.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	CARGA HORÁRIA
A definir pelo docente	20h
A definir pelo docente	20h
A definir pelo docente	20h
TOTAL	60h

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES
A definir pelo docente

METODOLOGIA
A metodologia será definida pelo(a) professor(a) que ministrará a disciplina.

BIBLIOGRAFIAS
A bibliografia deve ser indicada pelo professor responsável.

APROVAÇÃO	
	COLEGIADO DO MESTRADO EM DIREITO
11/09/2026	_____ COORDENADOR DO CURSO
_____ ___/_____ /2026 Nº DA REUNIÃO DATA	_____ CPPGIT
	CONSELHO DE PÓS-GRADUAÇÃO
____/_____ / 2026 DATA	_____ PRÓ-REITOR (A)
	CONSEPE
_____ ___/_____ /2026 Nº DA REUNIÃO DATA	_____ ASS. DA SECRETÁRIA DO CONSEPE.

MOSSORÓ-RN, ____de _____de 2026.